

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: ÍNDICE DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO NOS PORTAIS DE GOVERNO

Aline Cristina Camargo¹

¹Doutoranda em Mídia e Tecnologia pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: alinecamargo20@gmail.com

RESUMO

Este resumo propõe identificar a potencial contribuição da comunicação pública digital sobre ciência e tecnologia à afirmação da cidadania, considerada em sua dimensão de exercício do direito à informação. Com o objetivo de avaliar as informações disponíveis sobre políticas públicas de Ciência e Tecnologia foram analisadas 212 páginas web a partir da aplicação do Índice de Qualidade da Informação (IQI). O IQI obtido pelos portais analisados variou entre 0 e 21,66%. A baixa média do Índice de Qualidade da Informação obtido (9,87%) indica possibilidade de aprimoramento na divulgação de informações sobre políticas públicas de C&T. Vale ressaltar que a transparência ativa na internet é um aspecto da Lei de Acesso à Informação. O próprio conceito de comunicação pública prevê a disponibilização de informação, a informação significativa e a participação.

Palavras-chave: Ciência e Tecnologia. Comunicação Pública. Direito à informação. Políticas Públicas. Portais de governo.

INTRODUÇÃO

A comunicação pública pode assumir o relevante papel de ser uma ferramenta mediadora da integração entre ciência, tecnologia e sociedade. Entre as ações de comunicação pública sobre políticas de ciência e tecnologia na atualidade no Brasil, destacam-se os portais eletrônicos de governo das unidades federativas, que incluem páginas específicas das secretarias da área. Políticas e programas desenvolvidos pelas instâncias estaduais de gestão têm sido cada vez mais divulgados na internet, o que suscita questões de pesquisa sobre a qualidade das realizações de comunicação na área.

OBJETIVOS

A pesquisa a que se refere este resumo buscou identificar a potencial contribuição da comunicação pública digital sobre ciência e tecnologia à afirmação da cidadania, considerada em sua dimensão de exercício do direito à informação.

METODOLOGIA

Com a contribuição da literatura sobre a avaliação de políticas públicas, especialmente Trevisan e van Bellen (2008), Faria (2005), Costa e Castanhar (2003), Carvalho (2003), Souza (2003) e Arretche (1998), foi construída uma lista de 20 categorias de análise de conteúdo para a avaliação de informações sobre políticas públicas disponíveis nos portais eletrônicos de

governo da amostra selecionada. A partir da presença ou ausência de informações sobre cada uma das categorias foi possível calcular o Índice de Qualidade da Informação (IQI).

RESULTADOS PARCIAIS OU FINAIS

A análise dos resultados apontados indica a existência de oportunidades de aperfeiçoamento da comunicação pública digital. O Índice de Qualidade da Informação (IQI), obtido pelos portais web, variou entre 0 e 21,66%. A média alcançada pelas 83 páginas do Ministério foi de 10,90%, fazendo com que a média geral das 212 páginas que compõem a amostra fosse de 9,87%. Ou seja, no total da amostra de 212 páginas web referentes a políticas públicas de Ciência e Tecnologia, menos de um décimo das informações consideradas relevantes para fundamentar a compreensão abrangente das políticas esteve presente. A análise dos resultados apontados indica a existência de oportunidades de aperfeiçoamento da comunicação pública digital. Os resultados aqui apontados indicam a ausência de informações

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A baixa média do Índice de Qualidade da Informação obtido (9,87%) indica possibilidade e necessidade de aprimoramento na divulgação de informações sobre políticas públicas de C&T. A popularização da ciência através da comunicação pública deve ser vista como vetor de inclusão social e subsídio para a democratização do conhecimento, em direção a práticas de gestão e controle social mais efetivas, que permitam a atuação do cidadão no processo de implementação de políticas da área.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 962-969, 2003.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-50, 2008.